



Protecção Civil - Defesa da vida e dos bens dos Portugueses

CARTA ABERTA AO GOVERNO

O País está a arder, fruto em primeiro lugar da incúria e irresponsabilidade dos sucessivos governos agravada pelas actuais políticas. A perda de vidas, dezenas de bombeiros acidentados, discursos ditos preocupados de governantes e outros responsáveis são o dia-a-dia. Entretanto, os profissionais e os voluntários do sector e as respectivas famílias, as populações das zonas afectadas e os portugueses em geral sofrem com a situação.

Nunca como durante o Verão do presente ano de 2013 temos vindo a assistir aos resultados catastróficos dos cortes cegos no dispositivo operacional de combate a incêndios, impostos por uma política de austeridade e por uma concepção economicista que sobrepõe os tão propalados défices e as reduções de despesas à própria vida.

Ressalta claro que em Portugal foi imolada uma política de prevenção dos incêndios florestais, sendo claro também que o desinvestimento na prevenção, na formação e aquisição e manutenção do equipamento dos bombeiros tem consequências trágicas.

Somando-se a tudo isto o fraco conhecimento das zonas de risco, o desordenamento florestal, a praticamente inexistente limpeza dos terrenos e o mau estado da floresta, conduzem aos resultados conhecidos de todos: Um elevado número de acidentes com viaturas e um número ainda maior de acidentes pessoais graves, com a trágica perda de vidas de bombeiros, que fazem de 2013 um ano negro para as políticas de protecção civil.

Portugal assiste diariamente a reportagens sobre os vários incêndios graves que grassam um pouco por todo o País onde é notório que os homens e mulheres que os combatem não se encontram devidamente equipados com os necessários meios de protecção individual, somando-se a esta situação, já de si grave, a idade avançada de muitos veículos utilizados e inadequação de outros veículos às condições no terreno.

Mais grave será sem dúvida a inexistência de uma avaliação efectiva do terreno, ausência de formação de quadros intermédios (chefes de equipa e chefias para os quais desde 2000 não se realizaram cursos de formação) conhecedora da respectiva área de intervenção, dos meios e recursos ao seu dispor sendo os efectivos humanos lançados no meio do combate sem as condições necessárias.

Mais grave ainda é o facto de a cada governo que passa a protecção civil ser tida como zona de influências política e partidárias em prejuízo de uma política organizacional e de gestão efectiva face aos objectivos que lhe estão cometidos. Neste quadro o STAL, representante de centenas de profissionais do sector de bombeiros, técnicos e pessoal de apoio, Sapadores florestais e Trabalhadores da Protecção Civil, não pode deixar de em primeiro lugar saudar todos os que com o seu empenhamento e sacrifício tem vindo a assegurar dentro das suas possibilidades a defesa de pessoas e bens.

Da mesma forma não podemos deixar de honrar e solidarizarmo-nos com as vítimas desta situação calamitosa e as respectivas famílias.

O STAL – Sindicato Nacional da Administração Local e Regional, não pode deixar de repudiar os sucessivos cortes implementados por este Governo que, não só tornaram as medidas preventivas praticamente inexistentes em 2013 como ainda vieram impor restrições à necessária aquisição de equipamentos e à própria formação para os homens e mulheres que diariamente e de forma abnegada combatem os incêndios florestais.

A pergunta impõe-se! Valerá a pena “poupar” nos meios de prevenção e combate aos incêndios quando esta poupança causa a perda de vidas e vai forçosamente causar maior destruição das nossas florestas e portanto causar mais prejuízos?

Na actual situação e com as condições climatéricas existentes, os riscos que correm os homens e mulheres no terreno tendem a aumentar e arriscamo-nos a assistir a mais aberturas dos noticiários nacionais a dar-nos conta de bombeiros feridos este Verão.

A segurança de pessoas e bens não pode ser posta em causa com base numa necessidade de “poupança” que se arrisca a causar ainda maiores custos para o País.

O STAL afirma que é urgente alterar esta situação e recolocar a tónica no essencial: Prevenção de incidentes, protecção das populações e do País suportada por uma estrutura efectiva de interesse nacional, pontos centrais de um dispositivo do que deve ser o elemento enquadrador de todas as medidas tomadas na Protecção Civil em Portugal.

Desde logo e em primeiro lugar urge implementar o Reordenamento Florestal e conhecimento efectivo dos terrenos, medidas preventivas primeira indispensáveis para que não se continue a assistir em anos sucessivos a este flagelo de Verão.

Mas é também absolutamente necessário investir na formação, sendo a cada ano que passa mais evidente a necessidade de criação de uma instituição que possa dotar os homens e mulheres que integram o dispositivo de protecção civil em Portugal dos conhecimentos técnicos e científicos que permitam uma resposta mais eficaz e segura no combate aos incêndios.

Indispensável é ainda uma Direcção preparada e dotada da estrutura necessária com conhecimento profissional da prevenção e da intervenção em situações de incidentes interligada á estrutura de intervenção local, responsabilizada e dotada dos meios necessários e não submetida a objectivos partidários.

Em 1992, o STAL e o STML apresentaram ao Governo uma proposta para a criação de uma “Academia Nacional de Fogo” que pudesse servir este propósito.

Vinte e um anos depois mantém-se as graves carências no que respeita à formação dos profissionais do sector, que em 1992, deram origem à apresentação desta proposta, que agora reafirmamos, visando essencialmente:

- Assegurar uma optimização da qualificação de base aos trabalhadores no sector da Protecção Civil;
- Estruturar os serviços de Protecção Civil, com especial ênfase nos corpos de bombeiros, de um modo essencialmente profissional;
- Assegurar a investigação científica e técnica nesta área;
- Assegurar o acesso dos Bombeiros Profissionais aos cargos de Dirigentes das suas unidades, de forma planificada, harmoniosa e responsável;
- Consagrar na prática a desmilitarização efectiva do sector.

Mas cujo objectivo, não se limita a uma formação superior de quadros, devendo ainda assegurar, de forma interligada, toda a formação necessária para os homens e mulheres que diariamente asseguram a defesa e socorro das populações, com a criação de **pólos de formação especializada**, que permitam mais e uma melhor especialização e distribuição das capacidades formativas no terreno.

E tal pode ser conseguido aproveitando-se, desde logo, todas as valências da actual Escola Nacional de Bombeiros (ENB), **para a criação do núcleo central desta Academia Nacional do Fogo**, que funcione como uma **extensão das Universidades ou Institutos Técnicos** já existentes em Portugal, aproveitando-se desta forma os recursos administrativos e logísticos que estas entidades possuem e facilitando a implementação desta medida.

Medidas que não podem deixar de ser acompanhadas por uma revisão do financiamento dos corpos de bombeiros que os dote dos meios necessários para desempenhar a sua função bem como um reforço significativo dos meios financeiros

para aquisição de material de protecção individual e de equipamentos adequados às reais necessidades de cada corpo de bombeiros consoante os riscos definidos na sua área de actuação.

Tragédias como as que se têm vindo a assistir este ano não podem continuar a acontecer, sendo essencial repensar-se as políticas para este sector para que de futuro se possam evitar estas situações.

Declarando a sua total solidariedade com as famílias, amigos e colegas de trabalho e dos bombeiros tragicamente falecidos, bem como com todos os bombeiros e todos os envolvidos que se encontram no terreno, o STAL afirma que não deixará de se bater para que sejam tomadas as devidas ilações dos acontecimentos trágicos que se têm verificado em 2013 e tomadas as consequentes medidas para de uma vez por todas, possamos ter uma verdadeira política de protecção civil em Portugal são essenciais, não apenas para o combate ao flagelo anual recorrente dos fogos florestais mas também para que a Protecção Civil e os bombeiros possam dar resposta adequada às necessidades das populações no seu dia-a-dia.

Desde já, o STAL assume o compromisso de proceder em tempo oportuno a uma avaliação aprofundada da situação e das medidas essenciais á sua não repetição.

O Património Nacional, os bens e sobretudo as Vidas dos Portugueses e dos seus Bombeiros precisam de ser protegidos.

A Comissão Executiva da Direcção Nacional

Lisboa, 5 de Setembro de 2013